

Estado soberano, poder, modelo de educação em Hobbes e as lições de Foucault

Sovereign state, power, education model in Hobbes and Foucault's lessons

Antonio Santana Sobrinho

Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE)

profsantanah@hotmail.com

<http://lattes.cnpq.br/7154080348702322>

Resumo

O referido artigo objetiva trazer uma reflexão sobre as ideias de Foucault em relação à educação e como elas se contrastam com a visão de Hobbes. Suas considerações sobre a importância da diversidade de saberes, o estímulo ao pensamento crítico, o fomento da autonomia e o engajamento na transformação social são pontos-chave para uma abordagem educacional mais inclusiva e emancipatória. Ao destacar que a educação não deve ser vista como um processo neutro e objetivo de transmissão de conhecimentos, mas sim como uma prática política permeada por relações de poder, buscando evidenciar a importância de problematizar e questionar as práticas educativas existentes. Isso nos leva a repensar o papel da educação na construção e manutenção das estruturas de poder e desigualdades sociais. As críticas de Foucault à visão de Hobbes sobre a educação como um meio de controle e normalização dos indivíduos, em detrimento da promoção da liberdade de pensamento e autonomia, são muito pertinentes. Foucault destaca que o poder não apenas reprime, mas também produz normas e valores, moldando as subjetividades humanas. Portanto, a visão de Hobbes sobre a educação como uma forma de civilizar os instintos naturais dos indivíduos pode ser entendida como uma estratégia disciplinar, que busca governar e regular a conduta dos sujeitos.

Palavras-chave: Foucault. Educação crítica. Poder e conhecimento. Emancipação educacional. Hobbes.

Abstract

The mentioned article aims to bring a reflection on Foucault's ideas regarding education and how they contrast with Hobbes' vision. His considerations about the importance of diversity of knowledge, the encouragement of critical thinking, the promotion of autonomy, and engagement in social transformation are key points for a more inclusive and emancipatory educational approach. By highlighting that education



should not be seen as a neutral and objective process of knowledge transmission, but rather as a political practice permeated by power relations, it seeks to emphasize the importance of problematizing and questioning existing educational practices. This leads us to rethink the role of education in the construction and maintenance of power structures and social inequalities. Foucault's criticisms of Hobbes' view of education as a means of controlling and normalizing individuals, at the expense of promoting freedom of thought and autonomy, are highly relevant. Foucault points out that power not only represses but also produces norms and values, shaping human subjectivities. Therefore, Hobbes' vision of education as a way to civilize individuals' natural instincts can be understood as a disciplinary strategy that seeks to govern and regulate individuals' behavior.

Keywords: Foucault. Critical education. Power and knowledge. Educational emancipation. Hobbes.

Introdução

A relação entre Filosofia e Educação sempre foi estreita, de tal forma que é difícil distinguir uma da outra. Isso é evidente nas palavras gregas "Paidéia" e alemã "*Bildung*", que se referem à construção de si mesmo, saindo da opinião comum em direção ao conhecimento, conforme utilizado por Platão. No entanto, com a evolução tecnológica do mundo moderno, essas áreas foram gradualmente se afastando e se separando. Portanto, é fundamental que continuemos a repensar constantemente a Educação, e para isso, a Filosofia desempenha um papel crucial.

O artigo explora a relação entre a filosofia e a educação, destacando a importância de repensar constantemente o processo educativo e como a filosofia pode contribuir para isso. Ele se concentra nas ideias de Michel Foucault, um filósofo contemporâneo francês, cujo pensamento crítico em relação ao poder e às instituições sociais pode ser aplicado à educação contemporânea. Duas perspectivas interligadas são analisadas no texto: a investigação arqueológica da Pedagogia, procurando suas bases epistemológicas no âmbito do conhecimento-saber, e a análise da relação entre conhecimento-poder na prática pedagógica, examinando como o poder se manifesta no processo educativo.

Foucault destaca que a epistemologia, ou a forma como o conhecimento é produzido e transformado ao longo do tempo, é diferente das abordagens tradicionais que buscam fundamentos universais. Ele argumenta que o conhecimento é uma construção social e histórica, influenciada por relações de poder. Essa análise da epistemologia está profundamente interconectada com sua pedagogia, que critica a educação tradicional como um mecanismo disciplinar que normaliza os indivíduos e perpetua desigualdades sociais.

O texto também compara a perspectiva de Foucault com a visão de Thomas Hobbes sobre epistemologia e pedagogia. Enquanto Hobbes enfatiza a importância da experiência sensorial e da razão como fonte de conhecimento, Foucault argumenta que o poder está presente em todas as



relações sociais, incluindo a educação, e que a visão autoritária da educação pode reforçar o controle social e limitar a diversidade de pensamentos.

Foucault destaca que a epistemologia, ou a forma como o conhecimento é produzido e transformado ao longo do tempo, é diferente das abordagens tradicionais que buscam fundamentos universais. Ele argumenta que o conhecimento é uma construção social e histórica, influenciada por relações de poder. Essa análise da epistemologia está profundamente interconectada com sua pedagogia, que critica a educação tradicional como um mecanismo disciplinar que normaliza os indivíduos e perpetua desigualdades sociais.

O texto também compara a perspectiva de Foucault com a visão de Thomas Hobbes sobre epistemologia e pedagogia. Enquanto Hobbes enfatiza a importância da experiência sensorial e da razão como fonte de conhecimento, Foucault argumenta que o poder está presente em todas as relações sociais, incluindo a educação, e que a visão autoritária da educação pode reforçar o controle social e limitar a diversidade de pensamentos.

Em resumo, o artigo destaca a relevância do pensamento de Foucault ao repensar a Educação contemporânea, especialmente no que se refere ao conhecimento-saber e ao poder na prática pedagógica. Propõe uma abordagem mais crítica e emancipatória na educação, buscando promover a liberdade de pensamento e a autonomia dos indivíduos, em vez de moldá-los de acordo com os interesses do Estado ou das elites dominantes.

Buscando relacionar de forma abrangente e profunda a filosofia de Michel Foucault com a educação, explorando suas ideias sobre poder, controle social, formação de subjetividades e análise das práticas discursivas. Ao aplicar essas concepções foucaultianas à educação, você destaca a necessidade de uma abordagem mais integrada e crítica na forma como ensinamos e aprendemos, reconhecendo as interconexões entre ações e ideias, e valorizando a diversidade cultural.

Em suma, o texto destaca a importância de analisar a Educação à luz das ideias de Foucault, especialmente nos aspectos relacionados ao conhecimento-saber e poder na prática pedagógica. Ao tratar dessas duas fases, o autor busca mostrar como o pensamento de Foucault pode contribuir significativamente para a reflexão e a transformação da Educação contemporânea. A epistemologia e a pedagogia de Foucault são intrinsecamente relacionadas, e ambas têm como objetivo analisar e compreender os processos de conhecimento, poder e práticas educacionais.

A epistemologia de Foucault difere das abordagens tradicionais, que buscam estabelecer fundamentos sólidos e universais para o conhecimento. Em vez disso, ele se concentra na análise histórica e genealógica do saber, investigando como as formas de conhecimento são construídas e



transformadas ao longo do tempo. Para Foucault, o conhecimento não é uma entidade fixa e objetiva, mas sim uma construção social e histórica, influenciada por relações de poder e práticas discursivas.

Ele destaca como as práticas de saber são utilizadas para exercer controle e dominação sobre as pessoas, moldando suas identidades e subjetividades. A epistemologia foucaultiana busca revelar as estruturas de poder presentes nas diferentes formas de conhecimento, bem como seus efeitos no governo das populações. A pedagogia de Foucault está enraizada na análise das relações de poder e saber no contexto educacional. Ele critica a educação tradicional, que muitas vezes atua como um mecanismo disciplinar para normalizar os indivíduos, tornando-os obedientes às normas sociais estabelecidas. Para Foucault, a educação pode ser uma forma de exercício do poder, influenciando a formação das subjetividades dos alunos e perpetuando desigualdades sociais.

Foucault coloca em dúvida a ideia de que a educação seja um procedimento imparcial e imune de influências na transmissão do saber, sustentando que está indissociavelmente conectada com dinâmicas de dominação e supervisão. Ele ressalta a relevância de uma abordagem pedagógica crítica, que se empenhe em questionar as configurações de autoridade arraigadas na educação e fomente a capacidade de reflexão independente e a liberdade de pensamento nos indivíduos.

Relação entre epistemologia e pedagogia de Foucault

A relação entre a epistemologia e a pedagogia de Foucault é evidente na medida em que ambas abordam a construção do conhecimento e suas implicações na prática educacional. A epistemologia de Foucault analisa como o conhecimento é produzido, disseminado e utilizado como uma ferramenta de poder na educação. Enquanto isso, sua pedagogia questiona as estruturas de poder presentes na educação e propõe uma abordagem mais crítica e libertadora.

Ambas as perspectivas buscam desafiar as concepções tradicionais de conhecimento e educação, abrindo espaço para uma análise mais profunda das práticas educacionais e suas implicações sociais. Ao questionar o conhecimento como uma entidade fixa e objetiva, Foucault chama a atenção para as dinâmicas de poder e controle que moldam o processo educacional. Sua abordagem crítica e genealógica oferece insights importantes para repensar a Educação em busca de uma prática mais emancipatória e transformadora.

No entanto, abordagem de Thomas Hobbes em relação à epistemologia e à pedagogia é influenciada por sua visão do ser humano como inerentemente egoísta e movido por seus próprios interesses. Hobbes acredita que os indivíduos estão em constante busca por poder e segurança, o



que pode levar a conflitos e à anarquia na sociedade. Sua visão epistemológica é fortemente empirista, enfatizando a importância da experiência sensorial e da observação como fonte primordial de conhecimento.

Epistemologia de Hobbes

Na epistemologia de Hobbes, o conhecimento deriva diretamente da experiência sensorial. Ele acredita que todo conhecimento humano é adquirido através dos sentidos, e que a mente é uma "tábula rasa" no nascimento, sem ideias inatas. Portanto, nossas noções de mundo são formadas pela observação do que acontece ao nosso redor e pela indução das experiências. Hobbes enfatiza a importância do método científico e da razão como ferramentas para entender o mundo e resolver problemas sociais. Ele acredita que a razão é o meio pelo qual podemos interpretar e organizar nossas experiências sensoriais para chegar a conclusões lógicas e racionais.

Pedagogia de Hobbes

A pedagogia de Hobbes é influenciada por sua visão pessimista da natureza humana. Ele argumenta que a educação deve ser uma ferramenta para civilizar os indivíduos, controlar seus instintos egoístas e inculcar neles um senso de obediência às leis e autoridade do Estado.

Hobbes defende a importância da educação cívica, que ensina aos cidadãos sobre os deveres e responsabilidades dentro da sociedade civil, bem como a necessidade de submeter-se ao governo soberano para evitar conflitos e garantir a estabilidade do Estado. A pedagogia de Hobbes tem como objetivo moldar os indivíduos para serem cidadãos racionais, obedientes e conhecedores dos benefícios do pacto social, em oposição ao estado de natureza. Em resumo, a epistemologia de Hobbes enfatiza a importância da experiência sensorial e da razão na formação do conhecimento, enquanto sua pedagogia visa a civilização dos indivíduos e o controle de seus instintos naturais através da educação cívica e da obediência ao Estado soberano. Sua visão pessimista da natureza humana permeia tanto sua epistemologia quanto sua pedagogia, influenciando sua concepção de como o conhecimento e a educação devem ser abordados.

Desenvolvimento

O filósofo francês que desenvolveu uma abordagem crítica em relação ao poder e às instituições sociais. No que se refere aos encargos do monarca segundo a perspectiva hobbesiana, Foucault pode ser interpretado como um opositor da concepção de que o Estado deva exercer um



papel tão predominante no âmbito da educação e na modelagem dos indivíduos cidadãos. Segundo Foucault, o poder não é algo que se possui, mas sim algo que se exerce em relações sociais complexas e fluidas. Ele argumenta que o poder está presente em todas as interações sociais, desde as mais sutis até as mais explícitas, e que as instituições sociais, como o Estado e a educação, são meios pelos quais o poder se exerce nesse sentido, FOUCAULT, 1987, p. 30 “ poder produz saber [...] poder e saber estão diretamente implicados; que não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não supunha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder.”

Sobre a educação, vê a educação como um meio pelo qual o Estado pode controlar e moldar a sociedade, criando um certo tipo de cidadão que se adapta às necessidades do Estado. Ele argumenta que o sistema educacional funciona como uma forma de controle social, através do qual os indivíduos são ensinados a aceitar a ordem existente e a se conformar às normas sociais dominantes. De modo que, para Foucault, a filosofia de Hobbes em relação aos deveres do soberano pode ser vista como uma forma de controle social e de manutenção da ordem existente. Ele argumentaria que, em vez de promover uma educação que forma indivíduos para a submissão ao Estado, deveríamos buscar uma educação que promova a liberdade e a autonomia dos indivíduos, permitindo-lhes questionar e desafiar as estruturas de poder existentes.

De fato, Michel Foucault questionava a ideia de que o Estado deveria ser o único responsável pela educação dos cidadãos e pela definição de normas morais e políticas. Para Foucault, o poder não é algo que apenas o Estado possui, mas algo que permeia todas as relações sociais e é exercido por várias instituições e práticas culturais, incluindo a própria educação. Foucault via a educação como uma forma de controle e disciplina social, na qual os indivíduos são moldados para se tornarem cidadãos obedientes e produtivos, capazes de se adequar às normas impostas pelo Estado e pelo sistema capitalista. Ele argumentava que a educação não era apenas um processo de transmissão de conhecimentos, mas também de construção de identidades e subjetividades.

Uma relação de violência age sobre um corpo, sobre as coisas; ela força, ela submete, ela quebra, ela destrói; ela fecha todas as possibilidades; não tem, portanto, junto de si, outro polo senão aquele da passividade; e, se encontra uma resistência, a única escolha é tentar reduzi-la. Uma relação de poder, ao contrário, se articula sobre dois elementos que lhe são indispensáveis por ser exatamente uma relação de poder: que “o outro” (aquele sobre o qual ela se exerce) seja inteiramente reconhecido e mantido até o fim como sujeito de ação; e que se abra, diante da relação de poder, todo um campo de respostas; reações, efeitos invenções possíveis (Foucault, 1995, p.243).



Desse modo, Foucault questionava a visão de Hobbes de que o Estado deveria ser o responsável pela educação dos cidadãos. Em vez disso, ele defendia uma perspectiva mais descentralizada, na qual as instituições e práticas culturais que exercem poder sobre os indivíduos, incluindo a educação, deveriam ser analisadas e questionadas criticamente.

O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente (Foucault, 1987, p.119).

Foucault desenvolveu críticas à ideia de que o Estado deve ter um papel central na educação em várias de suas obras, incluindo "Vigiar e Punir", "Microfísica do Poder" e "História da Sexualidade". Ele argumenta que o poder não é algo que o Estado possui de forma exclusiva, mas sim algo que é exercido em todas as relações sociais e que se manifesta em diferentes níveis da sociedade. Além disso, ele também questiona a ideia de que a educação deve ser vista como uma forma de moldar indivíduos de acordo com os interesses do Estado e das elites dominantes.¹

Técnicas sempre minuciosas, muitas vezes ínfimas, mas que têm sua importância: porque definem certo modo de investimento político e detalhado do corpo, uma nova "microfísica" do poder; e porque não cessaram, desde o século XVII, de ganhar campos cada vez mais vastos, como se tendessem a cobrir o corpo social por inteiro (FOUCAULT, 2009, p. 134).

Uma das principais argumentações de Foucault em relação à educação promovida pelo Estado é a de que ela se fundamenta na concepção de uma verdade absoluta e universal que deve ser incontestavelmente transmitida aos cidadãos, ficando sob a responsabilidade exclusiva do Estado determinar essa verdade e seu método de ensino. Segundo Foucault, essa perspectiva autoritária da educação apresenta riscos significativos, uma vez que impõe uma única forma de compreensão e limita a diversidade de pensamentos e abordagens educacionais.

Além disso, Foucault argumenta que a educação pelo Estado muitas vezes serve como um mecanismo de controle social, uma vez que o Estado define quais conhecimentos e valores são relevantes e importantes para a formação dos cidadãos. Nesse sentido, a educação pelo Estado pode reforçar as desigualdades e injustiças presentes na sociedade, em vez de contribuir para a formação de indivíduos autônomos e críticos.

¹ as críticas de Michel Foucault à ideia do Estado como agente educador estão presentes em sua obra "Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão". Nesse livro, Foucault analisa a evolução das práticas punitivas e de controle social ao longo da história, mostrando como a disciplina e o poder se desenvolvem de formas cada vez mais sutis e difusas.



O exame combina as técnicas da hierarquia que vigia e as da sanção que normaliza. É um controle normalizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir. Estabelece sobre os indivíduos uma visibilidade através da qual eles são diferenciados e sancionados. É por isso que em todos os dispositivos de disciplina o exame é altamente ritualizado. Nele vêm-se reunir a cerimônia do poder e a forma da experiência, a demonstração da força e o estabelecimento da verdade. No coração dos processos de disciplina, ele manifesta a sujeição dos que são percebidos como objetos e a objetivação dos que se sujeitam. A superposição das relações de poder e das de saber assume no exame todo o seu brilho visível. (Foucault, 1977, p. 164-165)

Por fim, Foucault defende a importância da diversidade de perspectivas e da multiplicidade de formas de conhecimento na formação dos indivíduos. Para ele, a educação não deve ser vista como um processo de transmissão de verdades universais, mas sim como uma prática de produção de conhecimento e de construção de subjetividades. Na obra "Microfísica do Poder", Foucault aborda o conceito de poder em nível microscópico, ou seja, como ele se manifesta nas relações cotidianas entre indivíduos, instituições e grupos sociais. Ele argumenta que o poder não é uma propriedade que algumas pessoas ou instituições possuem, mas sim uma relação social que permeia todas as esferas da vida.

[...] na periferia, uma construção em anel; no centro, uma torre, esta possui grandes janelas que se abrem para a parte inferior do anel. A construção periférica é dividida em celas, cada uma ocupando toda a largura da construção. Estas celas têm duas janelas: uma abrindo-se para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra, dando para o exterior, [...]. Basta então colocar um vigia na torre central e em cada cela trancafiar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um estudante (FOUCAULT, 2004, p. 210).

Foucault contesta a noção de que o Estado é o único detentor de poder, responsável por controlar os indivíduos. Ele destaca que o poder também se manifesta nas interações pessoais, nas instituições sociais e nas tecnologias de vigilância. Foucault critica a ideia de que o Estado controle a educação para moldar os cidadãos conforme suas normas. Ele defende que a educação promova autonomia e pensamento crítico, não doutrinação.

Em "Microfísica do Poder", Foucault explora como o poder se manifesta nas interações sociais do dia a dia, rejeitando a noção de uma autoridade central única. Ele critica a visão de que a educação é um instrumento de controle estatal, destacando que pode levar tanto à libertação quanto à subjugação. Foucault defende a educação como um espaço de liberdade e diversidade, permitindo que os indivíduos cultivem suas próprias capacidades e identidades, independentemente da influência estatal ou das elites dominantes.



Somos todos seres que vivem e que pensam. Aquilo contra o qual reajo é a ruptura que existe entre a história social e a história das ideias. Supõe-se que os historiadores das sociedades descrevam a maneira como as pessoas agem sem pensar, e os historiadores das ideias, a maneira como as pessoas pensam sem agir. Todo mundo pensa e age ao mesmo tempo. A maneira como as pessoas agem e reagem está ligada a uma maneira de pensar, e essa maneira de pensar está, naturalmente, ligada à tradição (Foucault, 2004, p.298-299).

A perspectiva de Foucault pode ser aplicada à educação de diversas formas, especialmente na quebra da divisão entre história social e história das ideias. A educação tem tradicionalmente considerado esses aspectos separadamente, concentrando-se na prática das ações individuais e nas ideias teóricas que as guiam. No entanto, Foucault sustenta que essa divisão é artificial e insuficiente. A educação deve superar essa dicotomia, reconhecendo que a ação e o pensamento das pessoas estão entrelaçados. Suas ações são influenciadas pelas crenças e ideias, que, por sua vez, são moldadas por suas experiências sociais.

A proposta de ruptura de Foucault traz uma abordagem educacional mais unificada e abrangente. Ao invés de tratar ações e ideias isoladamente, a educação deve considerar suas interações e influências mútuas. Essa perspectiva tem implicações práticas, como conectar o currículo com as experiências dos alunos para um aprendizado significativo, além de fomentar o pensamento crítico sobre a interligação entre ações e crenças.

A quebra proposta por Foucault favorece uma educação mais inclusiva e culturalmente sensível, ampliando perspectivas ao reconhecer as raízes sociais das ações e ideias. Isso impulsiona uma abordagem educacional integrada e contextualizada. Essa ruptura promove uma educação significativa, crítica e inclusiva, visualizando a interconexão entre ações e ideias dos indivíduos. Diferente de Hobbes, que via a educação fortalecendo a autoridade estatal, Foucault abraça uma perspectiva descentralizada e pluralista, advogando um poder colaborativo e horizontal entre indivíduos e comunidades.

"História da Sexualidade" de Foucault, embora não trate diretamente dos deveres do soberano hobbesiano, explora o poder e o controle social, criticando o poder centralizador de Hobbes e sua filosofia política.

Falar da 'sexualidade' como uma experiência historicamente singular suporia, também, que se pudesse dispor de instrumentos suscetíveis de analisar, em seu próprio caráter e em suas correlações, os três eixos que a constituem: a formação dos saberes que a ela se referem, os sistemas de poder que regulam suas práticas e as formas pelas quais os indivíduos podem e devem se reconhecer como sujeitos dessa sexualidade (FOUCAULT, 1998, p. 10).



Foucault argumenta que o poder não é uma posse individual ou institucional, mas uma relação social que se manifesta em várias formas de controle. Ele destaca que o poder está presente em todas as interações sociais, inclusive nas relações afetivas e sexuais, onde a sexualidade foi historicamente usada como ferramenta de controle. Essa crítica de Foucault ao poder centralizador e disciplinador de Hobbes é evidente em "História da Sexualidade", mostrando como o poder age sutilmente nas relações sociais e na construção de normas.

Ele sugere que o Estado não deve dominar a educação e formação dos indivíduos, pois isso resulta em uma uniformização do pensamento e comportamento. Além disso, essa ideia de Foucault se aplica à educação sexual, considerando a sexualidade como uma construção histórica e cultural. Ele propõe examinar os conhecimentos, sistemas de poder e autorreconhecimento como elementos constituintes da sexualidade.

Essa abordagem de Foucault tem implicações significativas na educação sexual. Ao reconhecer a sexualidade como algo historicamente construído, a educação sexual pode ir além de uma abordagem biológica e objetiva sobre o tema. Em vez disso, a educação sexual pode abordar as dimensões culturais, sociais e históricas da sexualidade, permitindo aos alunos compreenderem como as normas e os valores em torno da sexualidade foram moldados ao longo do tempo.

Além disso, a exploração dos sistemas de poder que governam as práticas sexuais na educação sexual pode abarcar temas de gênero, poder e desigualdade, revelando como esses fatores impactam as vivências sexuais individuais. Isso propicia uma abordagem sensível e crítica à diversidade de identidades de gênero e experiências sexuais. Além disso, ao considerar como as pessoas reconhecem-se como agentes de sua própria sexualidade, a educação sexual pode enfatizar a autonomia e o respeito pelas escolhas individuais. Isso implica em fomentar uma educação sexual que capacite os alunos a desenvolverem uma perspectiva saudável e positiva de sua sexualidade, sem preconceitos ou estereótipos.

Portanto, a ligação entre a concepção de Foucault sobre a sexualidade e a educação reside na necessidade de uma abordagem ampla e crítica da educação sexual, ultrapassando a mera transmissão de informações biológicas e normativas. Uma educação sexual embasada nessa visão pode contribuir para um entendimento mais completo e contextualizado da sexualidade, permitindo que os indivíduos assumam o controle informado e respeitoso de suas vidas sexuais.

O trabalho que empreendi anteriormente – seja a propósito da medicina e da psiquiatria, seja a propósito do poder punitivo e das práticas disciplinares – deu-me os instrumentos dos quais necessitava; a análise das práticas discursivas permitia seguir a formação dos saberes (...) a análise das relações de poder e de suas



tecnologias permitia focalizá-las como estratégias abertas(...) (FOUCAULT, 1985, p.10).

A ideia de Foucault sobre a análise das práticas discursivas é altamente relevante para a educação, pois coloca em foco a produção, disseminação e controle do conhecimento no ambiente educacional. Ao analisar os discursos presentes na educação, podemos compreender como certos conhecimentos são legitimados e reproduzidos, enquanto outros são marginalizados ou excluídos. Essa análise pode revelar como o currículo escolar é estruturado para transmitir determinados saberes e ideologias, moldando a forma como os alunos percebem a si mesmos, a sociedade e o mundo. Além disso, a análise das práticas discursivas pode ajudar a identificar os poderes em jogo na educação, como as instituições educacionais, os professores e outros agentes influentes.

Ao considerar a análise das práticas discursivas na educação, é essencial questionar como os discursos educacionais refletem as relações de poder presentes na sociedade mais ampla. Certos discursos podem reforçar hierarquias sociais, desigualdades e formas de dominação, enquanto outros podem desafiar essas estruturas e buscar empoderar os discentes².

Em suma, a conectividade entre a ideia de Foucault e a educação reside na importância de analisar como os discursos e as relações de poder moldam a formação dos saberes e das identidades no ambiente educacional. Essa análise crítica pode levar a transformações significativas na forma como a educação é concebida e praticada, buscando uma educação mais reflexiva, democrática e emancipatória. Desenvolve em sua obra a ideia de que o poder não é algo que está centralizado em um único ponto, como o Estado ou uma figura de autoridade, mas que está presente em todas as relações sociais. Isso significa que as instituições sociais, como a educação, não são apenas locais onde o poder é exercido, mas também onde ele é produzido e mantido.³

De acordo com Foucault, o poder se manifesta de maneiras diferentes em diferentes contextos sociais, e é reproduzido através de práticas discursivas, que ajudam a moldar a percepção que as pessoas têm de si mesmas e de sua posição na sociedade. Nesse sentido, a educação é vista como uma prática discursiva que contribui para a formação dos sujeitos e para a manutenção das relações de poder existentes na sociedade. Visto que, para Foucault, a educação não deve ser considerada como uma ferramenta para reproduzir as normas e valores da sociedade, mas sim como

² Através dessa abordagem crítica, a educação pode ser repensada para que os estudantes não sejam meros receptores passivos de conhecimento imposto, mas se tornem participantes ativos na construção e reconstrução do saber. A análise das práticas discursivas na educação pode incentivar o pensamento crítico, a autonomia intelectual e o questionamento constante das ideias e valores que permeiam o ambiente escolar. Grifo nosso

³ Ele argumenta que o poder está presente em todas as interações sociais, desde as mais sutis até as mais explícitas, e que as instituições sociais, como o Estado e a educação, são meios pelos quais o poder se exerce



um espaço de luta onde as relações de poder podem ser questionadas e transformadas. Em vez de ensinar aos indivíduos como se ajustar às normas existentes, a educação deve ser uma prática de liberdade que permita aos sujeitos se libertarem das normas e dos sistemas de poder que os oprimem.

O pensador francês argumenta que as instituições sociais, como a educação, são meios pelos quais o poder é exercido e perpetuado, uma vez que moldam as normas, valores e comportamentos das pessoas. No que tange a educação, Foucault destaca que ela não é apenas um processo de transmissão de conhecimentos e habilidades, mas também um processo de produção de subjetividades e de normatização dos indivíduos. Ou seja, a educação não apenas ensina o que é certo e errado, mas molda a identidade e o comportamento dos indivíduos, criando padrões de comportamento e pensamento que são considerados normais e desejáveis.

A dimensão arqueológica da análise permite analisar as próprias formas da problematização; a dimensão genealógica, sua formação a partir das práticas e de suas modificações. Problematização da loucura e da doença a partir de práticas sociais e médicas, definindo um certo perfil de ‘normatização’; problematização da vida, da linguagem e do trabalho em práticas discursivas obedecendo a certas regras ‘epistêmicas’; problematização do crime e do comportamento criminoso a partir de certas práticas punitivas obedecendo a um modelo ‘disciplinar’ (FOUCAULT, 1985, p. 12).

Foucault considera a educação como um instrumento de controle social que sustenta desigualdades e hierarquias. Ele argumenta que é crucial questionar as normas ensinadas, pois elas contribuem para manter o poder e a dominação na sociedade. Ele vê a educação como uma ferramenta do Estado para moldar cidadãos que se adequem às suas necessidades. O mesmo descreve a educação como uma forma pela qual o Estado exerce poder, influenciando pensamentos e comportamentos dos indivíduos para seus próprios interesses. Para ele, o poder não é posse do Estado, mas algo manifestado por práticas sociais, instituições e discursos que influenciam como as pessoas pensam e agem.

Esses três elementos – formas de um saber possível, matrizes normativas de comportamento, modos de existência virtuais para sujeitos possíveis – são essas três coisas, ou antes, é a articulação dessas três coisas que podemos chamar, creio, de ‘foco de experiência’ (FOUCAULT, 2013, p. 5).

Desse modo ele define o sistema educacional funcionando como uma forma de controle social, através do qual os indivíduos são ensinados a aceitar a ordem existente e a se conformar às normas sociais dominantes. Entretanto, Foucault acredita que a educação é uma forma de controle



social, pois ela molda as mentes e comportamentos dos indivíduos, tornando-os conformados às normas e valores sociais dominantes. Ele argumenta que a educação não é apenas um meio de transmitir conhecimento e habilidades, mas também de produzir efeitos políticos e sociais.

Esse novo tipo de poder, que não pode mais ser transcrito nos termos da soberania, é uma das grandes invenções da sociedade burguesa. Ele foi um instrumento fundamental para a constituição do capitalismo industrial e do tipo de sociedade que lhe é correspondente; esse poder não soberano, alheio à forma da soberania, é o poder disciplinar (FOUCAULT, 2017, p. 291).

Segundo Foucault, a educação é um instrumento importante na produção de subjetividades, isto é, de sujeitos sociais que se conformam e se ajustam às normas e valores estabelecidos pelo Estado e pelas instituições sociais.⁴ Nesse sentido, a escola é uma instituição que produz efeitos disciplinadores, moldando o comportamento dos indivíduos e criando sujeitos dóceis e conformados. Ele vê a escola como um espaço onde se produzem efeitos de poder, pois é nela que se estabelecem as normas e valores que governam a vida social.

Temos antes que admitir que o poder produz saber (e não simplesmente favorecendo-o porque o serve ou aplicando-o porque é útil); que poder e saber estão diretamente implicados; que não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem de saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder (...) é preciso considerar ao contrário que o sujeito que conhece, os objetos a conhecer e as modalidades de conhecimentos são outros tantos efeitos dessas implicações fundamentais do poder-saber e de suas transformações históricas (2014, p. 31).

A visão foucaultiana destaca que a escola não só transmite conhecimento, mas também exerce controle social, influenciando as mentes e corpos das pessoas. Na perspectiva de Foucault, a filosofia de Hobbes sobre os deveres do soberano é interpretada como uma forma de controle social e manutenção da ordem estabelecida. Ele enfatiza que o poder não é apenas detido pelo Estado, mas permeia todas as relações sociais, inclusive a educação. Segundo Foucault, a educação é um meio pelo qual o Estado molda indivíduos para serem úteis à sociedade e para adotarem as normas predominantes. Ele também argumenta que o poder não é apenas repressivo, mas também produtivo, moldando a realidade social. Nesse sentido, o poder exercido pelo Estado por meio da educação cria cidadãos disciplinados e alinhados às normas vigentes, constituindo uma forma de controle social. Ele contesta a centralidade do Estado na educação, defendendo a consideração das formas de poder presentes nas instituições sociais, inclusive na educação.

⁴ Nesse sentido, a educação funciona como uma tecnologia de poder, na medida em que é um meio pelo qual o Estado exerce controle sobre a sociedade.



Assim, Foucault interpreta a filosofia de Hobbes sobre os deveres do soberano como uma maneira de justificar o poder estatal sobre a educação e a sociedade em geral. No entanto, ele questiona essa ideia de centralidade estatal na educação, destacando a importância de reconhecer as dinâmicas de poder nas instituições sociais, incluindo a educação.

Não pode deixar de passar, teórica e praticamente, pelo âmbito de um sujeito que seria definido pela relação de si consigo. (...) parece-me que a análise da governamentalidade – isto é, a análise do poder como conjunto de relações reversíveis – deve referir-se a uma ética do sujeito definido pela relação de si para consigo (FOUCAULT, 2010, p. 225).

Ele argumentaria que, em vez de promover uma educação que forma indivíduos para a submissão ao Estado, deveríamos buscar uma educação que promova a liberdade e a autonomia dos indivíduos, permitindo-lhes questionar e desafiar as estruturas de poder existente.

A problematização elabora, a propósito delas, as condições em que podem ser dadas possíveis respostas e define os elementos que irão constituir aquilo a que as diferentes soluções tentam responder. Essa elaboração de um dado como uma questão, essa transformação de um conjunto de obstáculos e dificuldades em problemas – para os quais as diversas soluções vão tentar produzir uma resposta – é o que constitui o ponto de problematização e o trabalho específico do pensamento (FOUCAULT, 1983, p. 25).

A educação não deve ser instrumento de controle social, mas sim como uma ferramenta para libertar os indivíduos das estruturas de poder existentes. Ele acredita que a educação deve incentivar os indivíduos a questionar e desafiar as normas e valores sociais, em vez de simplesmente aceitá-los como verdade absoluta.

Esse sempre foi, na realidade, o meu problema, embora eu tenha formulado o plano dessa reflexão de uma maneira um pouco diferente. Procurei saber como o sujeito humano entrava nos jogos de verdade, tivessem estes a forma de uma ciência ou se referissem a um modelo científico, ou fossem como os encontrados nas instituições ou nas práticas de controle (2004, p. 99).

Portanto, para Foucault, a filosofia de Hobbes em relação aos deveres do soberano e à educação é uma forma de manter as estruturas de poder existentes, em vez de permitir que os indivíduos exerçam sua liberdade e autonomia.⁵

⁵ Sim, as críticas de Michel Foucault à ideia do Estado como agente educador estão presentes em sua obra "Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão". Nesse livro, Foucault analisa a evolução das práticas punitivas e de controle social ao longo da história, mostrando como a disciplina e o poder se desenvolvem de formas cada vez mais sutis e difusas.



Não se trata de fazer aqui a história das diversas instituições disciplinares, no que podem ter cada uma de singular. Mas de localizar apenas numa série de exemplos algumas das técnicas essenciais que, de uma a outra, se generalizaram mais facilmente. Técnicas sempre minuciosas, muitas vezes íntimas, mas que têm sua importância: porque definem um certo modo de investimento político e detalhado do corpo, uma nova “microfísica do poder” (Foucault, 1987, p.120).

Nesse contexto, Foucault realça a necessidade de examinar certas técnicas disciplinares presentes em várias instituições, mesmo que essas instituições difiram em suas características particulares. Seu objetivo não é traçar uma história minuciosa de cada instituição, mas sim oferecer exemplos que ilustrem algumas técnicas essenciais que se propagaram de maneira generalizada.

Essas técnicas disciplinares são minuciosas e frequentemente operam no âmbito íntimo da vida das pessoas. Apesar disso, são altamente representativos, representando um tipo específico de envolvimento político detalhado no corpo humano. Foucault descreve esse processo como a “microfísica do poder”, caracterizado por um exercício sutil e difuso do poder sobre os indivíduos, em contraposição a um poder centralizado e de grande escala.

Foucault explora técnicas disciplinares aplicadas em diversas instituições sociais, como escolas, prisões, hospitais e fábricas. Estas visam moldar indivíduos para conformidade, obediência e conduta dentro das estruturas de poder. Observando tais técnicas, Foucault investiga o exercício diário do poder, revelando um controle quase imperceptível, mas impactante nas vidas e ocorrência das pessoas.

A educação desempenha um papel central nesse panorama, pois molda mentes e corpos. Foucault a enxerga como uma ferramenta para conformar indivíduos às normas sociais, preparando-os para serem cidadãos dóceis e obedientes. Nesse contexto, as práticas educacionais frequentemente se baseiam em direcionamento individual e falta de colaboração, marcadas por vigilância constante e organização centrada no adulto, como apontado por Horn (2001).

[...] os educadores têm preferência por realizar trabalhos dirigidos, feitos individualmente, não preveem espaços para tarefas coletivas e têm dificuldades de orientar seu trabalho para escolhas feitas pelas crianças sem uma constante vigilância e ordenamento. Na verdade, há uma intencionalidade de quem organiza os espaços, pensados principalmente para que todas as atividades girem em torno do adulto. (HORN, 2001, pg. 24)

Quando conectamos essa ideia ao pensamento educacional de Foucault, notamos uma maneira independente com sua abordagem da “microfísica do poder”. Ele argumenta que o poder opera de maneira sutil e difusa na vida cotidiana, inclusive na educação. A disposição dos espaços educativos em torno dos adultos e a supervisão contínua das atividades infantis expressam a



manifestação do poder disciplinar na educação. Essas práticas buscam modelar os corpos e comportar as crianças conforme as normas impostas pelo adulto detentor do poder na situação educacional.

Além disso, a ênfase em trabalhos direcionados e individuais pode ecoar a visão autoritária da educação criticada por Foucault. Isso pode restringir a autonomia infantil e fortalecer uma visão unificada de verdade, sem espaço para diversidade de pensamentos e abordagens. Ao examinar essas práticas educativas à luz do pensamento foucaultiano, identificamos como a "microfísica do poder" se insere na educação, moldando as dinâmicas de poder em ambientes educacionais e influenciando a relação ensino-aprendizagem.

Na obra "Microfísica do Poder", Foucault expande essa concepção, afirmando que o poder não é algo possuído ou controlado por uma entidade central, como o Estado. Em vez disso, ele é uma rede intrincada de relações sociais e práticas que perpassa toda a sociedade. Nesse contexto, a educação surge como uma das múltiplas formas pelas quais o poder é exercido e perpetuado em uma sociedade.

Importa estabelecer as presenças e as ausências, saber onde e como encontrar os indivíduos, instaurar as comunicações úteis, interromper as outras, poder a cada instante vigiar o comportamento de cada um, apreciá-lo, sancioná-lo, medir as qualidades ou os méritos. Procedimento, portanto, para conhecer, dominar e utilizar (Foucault, 1987, p.123)

A citação de Foucault enfatiza a importância de estabelecer presenças e ausências, ou seja, identificar onde os indivíduos estão presentes e como localizá-los, bem como controlar e regular suas interações e comunicações. Essa abordagem visa permitir que as instituições exerçam um controle mais eficiente sobre as pessoas, de modo a conhecer, dominar e utilizar suas ações e comportamentos de acordo com os objetivos estabelecidos pelas estruturas de poder.

Relacionando esse pensamento de Foucault com a educação, podemos observar como suas ideias sobre o exercício do poder e a "microfísica do poder" se aplicam às práticas educacionais. Muitas vezes, os sistemas educacionais são estruturados com o objetivo de controlar e regular o comportamento dos discentes, criando espaços e procedimentos que permitem aos educadores vigiar e avaliar constantemente o desempenho dos estudantes.

Nesse contexto, o foco pode estar na medição das qualidades ou méritos dos discentes, aplicando avaliações, notas e outras formas de sancionamento para classificar seu desempenho acadêmico. Esse processo de conhecer, dominar e utilizar os discentes pode ser entendido como uma aplicação das técnicas disciplinares mencionadas por Foucault. Essas práticas disciplinares na



educação podem levar à formação de uma cultura de controle e padronização, onde os estudantes são moldados para se ajustarem a normas e padrões estabelecidos, limitando sua capacidade de expressar sua individualidade e criatividade. Além disso, a ênfase excessiva na vigilância e nas avaliações pode levar a uma mentalidade de competição e pressão excessiva, em vez de promover um ambiente educacional mais inclusivo e colaborativo.

Portanto, a relação desse pensamento de Foucault com a educação destaca a importância de refletir sobre as práticas educacionais atuais e considerar como as dinâmicas de poder e controle podem estar afetando a experiência de aprendizagem dos alunos. Uma abordagem mais reflexiva e crítica pode ajudar a promover uma educação que valorize a diversidade, a autonomia e o potencial criativo dos estudantes, em vez de meramente impor uma verdade única e universal. Essa visão hegemônica da verdade é usada para controlar e moldar a sociedade de acordo com os interesses do Estado e das elites dominantes.

[...] se o poder só tivesse a função de reprimir, se agisse apenas por meio da censura, da exclusão, do impedimento, do recalçamento, à maneira de um grande super-ego, se apenas se exercesse de um modo negativo, ele seria muito frágil. Se ele é forte, é porque produz efeitos positivos a nível do desejo – como se começa a conhecer – e também a nível do saber (Foucault, 1982a, p.148).

Podemos estabelecer uma relação entre a educação e o pensamento de Foucault sobre o poder através da análise dos efeitos positivos do poder no nível do desejo e do saber, argumenta que se o poder fosse apenas uma força de repressão, atuando unicamente por meio da censura, exclusão, recalçamento e limitação, ele seria frágil e limitado em sua capacidade de controle. No entanto, o poder é muito mais do que isso. Ele também produz efeitos positivos no nível do desejo e do conhecimento e no contexto educacional, isso pode ser observado de várias maneiras:

Produção de desejos e subjetividades: O poder na educação pode influenciar os desejos e aspirações dos indivíduos, moldando suas ambições, valores e objetivos. Por exemplo, as instituições educacionais podem promover certas carreiras, profissões ou ideais sociais, incentivando os alunos a almejar determinados objetivos considerados socialmente desejáveis.

2- Construção de saberes: O poder na educação também está envolvido na definição de quais conhecimentos são considerados válidos e legítimos. Os currículos escolares, por exemplo, são elaborados de acordo com determinados padrões e perspectivas, refletindo as escolhas feitas pelos formuladores de políticas educacionais e professores sobre o que é importante e relevante para ser ensinado.



3- Controle do saber: O poder na educação pode influenciar não apenas o que é ensinado, mas também como é ensinado. As metodologias, práticas pedagógicas e avaliações podem ser utilizadas para moldar o processo de aprendizagem e garantir que certos conhecimentos e valores sejam internalizados pelos alunos.

4- O poder na educação pode estar relacionado à normatização e disciplinarização dos indivíduos, buscando moldar seu comportamento e atitudes de acordo com padrões sociais e culturais estabelecidos. Isso pode ser observado, por exemplo, em regras de conduta, uniformes escolares e outras práticas que visam padronizar o comportamento dos alunos. É essencial considerar como o poder é exercido na educação e como isso pode influenciar a formação das identidades dos estudantes e seu engajamento com o processo de aprendizagem. Uma abordagem crítica e reflexiva na educação pode ajudar a examinar essas dinâmicas de poder e buscar uma educação mais libertadora, que valorize a diversidade, o pensamento crítico e o empoderamento dos discentes. Foucault questiona a visão tradicional de conhecimento como algo dado e objetivo, destacando que o conhecimento não é uma entidade estática, mas sim um produto social construído através das práticas discursivas e das relações de poder presentes em determinada época e sociedade. Isso significa que o que é considerado verdadeiro ou válido em uma determinada cultura ou contexto pode não ser o mesmo em outro.

Essa visão tem profunda inspiração para a educação, desafiando a concepção tradicional da escola como um mero canal de informações predefinidas para os alunos. Em vez disso, a educação é considerada como um processo dinâmico e ativo de criar conhecimento e identidades, em que os alunos não apenas absorvem informações, mas também desempenham um papel na construção e interpretação do saber. Isso advoga por um modelo educacional que cultiva o pensamento crítico e reflexivo sobre diversas formas de conhecimento, estimulando os alunos a questionar, analisar e contextualizar o que aprende.

A abordagem de Foucault também destaca a importância de reconhecer uma diversidade de saberes presentes na sociedade, como conhecimentos locais, indígenas, tradicionais e populares, frequentemente negligenciados em sistemas educativos dominados por perspectivas hegemônicas. Reconhecendo a natureza socialmente construída do conhecimento, a educação pode evoluir para um ambiente mais inclusivo, onde diversas perspectivas são valorizadas, e os alunos são incentivados a se tornarem protagonistas na construção do conhecimento. Essa abordagem não só fomenta uma compreensão mais profunda e crítica do mundo, mas também capacita os estudantes como agentes de transformação social e cultural.



Os gregos usavam uma palavra muito interessante, que encontramos em Plutarco e também em Dionísio de Halicarnasso, sob a forma de substantivo, de verbo e de adjetivo. Trata-se da expressão ou da série de expressões ou palavras: *ethopoiien*, *ethopoiía*, *ethopoiós* (...) significa: fazer o *êthos*, produzir o *êthos*, modificar, transformar o *êthos*, a maneira de ser, o modo de existência de um indivíduo (Foucault 2014, p. 212).

A relação que pode ser feita da ideia de Foucault sobre a palavra grega "*ethopoiien*" com a educação está relacionada à noção de que a educação não se limita à transmissão de conhecimentos e informações, mas também desempenha um papel fundamental na formação do caráter e do modo de ser dos indivíduos. A palavra grega "*ethopoiien*" se refere ao ato de fazer ou produzir o "*êthos*", que pode ser traduzido como "caráter" ou "modo de ser". Foucault destaca que os gregos reconheciam a importância da educação não apenas como uma mera instrução intelectual, mas como um processo de modificação e transformação do caráter de uma pessoa.

Essa concepção grega do "*ethopoiien*" pode ser aplicada à educação contemporânea, sugerindo que a educação não se limita apenas a transmitir informações, mas tem o poder de moldar os valores, as atitudes e as identidades dos alunos. A educação não apenas ensina fatos e teorias, mas também influencia profundamente a maneira como os indivíduos veem o mundo, se relacionam com os outros e agem em suas vidas cotidianas. Nesse sentido, a educação tem a capacidade de produzir o "*êthos*" dos estudantes, ajudando-os a desenvolver virtudes, habilidades sociais, empatia, pensamento crítico e outras características que são importantes para sua formação como ser humano integral. Além disso, a educação pode promover a reflexão sobre valores e ética, incentivando os alunos a refletirem sobre suas ações e escolhas e a se tornarem cidadãos responsáveis e éticos.

Essa concepção mais ampla da educação, como um processo de produção do "*êthos*", pode levar a uma abordagem mais holística e humanizadora na prática educacional. Ao reconhecer a influência da educação na formação do caráter e do modo de ser dos indivíduos, os educadores podem buscar promover não apenas o desenvolvimento intelectual, mas também o crescimento pessoal e moral dos alunos, contribuindo para a formação de indivíduos mais conscientes, empáticos e comprometidos com o bem-estar coletivo.

Nesse sentido, Foucault defende que a educação deveria ser um espaço de questionamento e de crítica das relações de poder existentes, permitindo que os indivíduos desenvolvam sua própria capacidade de reflexão e de construção do conhecimento. Em vez de impor uma única verdade aos indivíduos, a educação deveria ser um espaço de diversidade e de pluralidade de ideias, permitindo que os indivíduos construam sua própria visão de mundo e de sociedade, no entanto, a sua ideia sobre a educação destaca a importância de transformar o espaço educacional em um ambiente de



questionamento e crítica das relações de poder existentes. Em vez de ser um espaço onde a verdade é imposta de maneira autoritária, a educação deve ser um local onde os indivíduos têm a oportunidade de desenvolver sua capacidade de reflexão e construção do conhecimento de forma autônoma.

Ao enfatizar o questionamento das relações de poder, Foucault está convidando educadores e estudantes a examinarem criticamente as estruturas de poder presentes na sociedade e a entenderem como essas estruturas moldam a forma como o conhecimento é produzido e disseminado. Isso envolve questionar as normas estabelecidas, as hierarquias e os sistemas de controle que podem influenciar o conteúdo curricular, as metodologias de ensino e as dinâmicas de poder dentro da sala de aula.

Foucault também propõe que a educação deve ser um espaço que valoriza a diversidade e a pluralidade de ideias. Isso significa acolher diferentes perspectivas, abordagens e conhecimentos, permitindo que os alunos tenham contato com uma variedade de visões de mundo e de sociedade. Em vez de impor uma única verdade, a educação deve incentivar o diálogo e o debate entre os alunos, promovendo a troca de ideias e a construção coletiva do conhecimento.

Ao criar esse espaço de diversidade e pluralidade, a educação pode ajudar a desenvolver o pensamento crítico dos discentes, capacitando-os a analisar e avaliar informações de maneira reflexiva e autônoma. Isso os torna mais preparados para enfrentar os desafios da vida e da sociedade, além de serem cidadãos mais informados e participativos. Em síntese, a perspectiva de Foucault sobre a educação enfatiza a importância de tornar a educação um espaço de empoderamento, reflexão e questionamento, onde os indivíduos são encorajados a construir sua própria visão de mundo e a se engajar de forma crítica e consciente na sociedade em que vivem. Isso não apenas fortalece a capacidade intelectual dos alunos, mas também contribui para uma sociedade mais democrática, diversa e inclusiva.

Foucault critica a concepção de que a educação deve simplesmente adequar os indivíduos às necessidades do Estado. Em vez disso, ele propõe que a educação seja um espaço de liberdade e criatividade, onde novas formas de pensar e agir possam ser desenvolvidas. A educação pelo Estado pode, muitas vezes, reforçar as desigualdades e injustiças presentes na sociedade, em vez de promover a formação de indivíduos autônomos e críticos. Isso acontece quando o poder estabelece um controle excessivo sobre o conteúdo curricular e as práticas educacionais, restringindo a diversidade de ideias e perspectivas e impondo uma única verdade oficial.



Foucault defende que a educação deve ser um espaço de resistência e questionamento, onde os discentes são incentivados a refletir criticamente sobre as estruturas de poder que permeiam a sociedade. Dessa forma, eles podem se tornar sujeitos conscientes, capazes de construir suas próprias visões de mundo e de participar ativamente na transformação da sociedade em busca de maior equidade e justiça. Sendo um projeto de educação verdadeiramente libertadora é aquela que valoriza a pluralidade de conhecimentos e perspectivas., abrindo caminho para a formação de indivíduos autônomos e pensadores críticos.

Considerações finais

A visão de Hobbes sobre os deveres do soberano em relação à educação e à cultura é fundamentada na ideia de que um povo educado e culto é mais capaz de entender e apoiar o governo, evitando conflitos e garantindo a estabilidade do Estado. Ele defende que a educação cívica é crucial para a preservação da paz e da ordem dentro do Estado, ensinando aos cidadãos sobre as leis, a justiça e as virtudes necessárias para a vida em sociedade.

Hobbes acreditava que a educação deveria começar desde a infância, preparando os indivíduos para serem cidadãos racionais e conhecedores dos benefícios do pacto social em oposição ao estado de natureza. Ele defendia a instrução dos súditos quanto aos seus direitos e deveres como pessoas que vivem em um Estado governado pelo soberano, evitando conflitos entre as classes sociais e a ascensão de líderes populares que pudessem desestabilizar o governo.

Em síntese, a perspectiva de Hobbes em relação à educação e cultura é fundamentada na crença de que um povo educado e culto é essencial para a estabilidade e continuidade do Estado. Segundo ele, a educação cívica é de extrema importância para garantir a compreensão e o apoio ao governo, evitando conflitos internos e mantendo a paz social. Hobbes defendia que a educação deveria ser iniciada desde a infância, visando preparar os indivíduos para se tornarem cidadãos racionais e conscientes dos benefícios do contrato social em detrimento do estado de natureza. Para ele, instruir os súditos sobre seus direitos e deveres como membros de um Estado governado pelo soberano é fundamental para evitar conflitos entre as diferentes classes sociais e a emergência de líderes populares que possam ameaçar a estabilidade do governo.

Contudo, as críticas de Foucault a esse modelo de educação de Hobbes ressaltam que essa abordagem pode perpetuar a reprodução de normas e valores dominantes, reforçando as relações de poder existentes. A visão de educação de Hobbes pode tender a moldar os indivíduos de acordo com os interesses do soberano e da elite governante, limitando sua autonomia e capacidade de



questionar as estruturas de poder. Além disso, ao enfatizar a educação cívica como forma de garantir a obediência e o apoio ao governo, pode-se negligenciar a promoção do pensamento crítico e da diversidade de perspectivas, o que poderia enriquecer o debate democrático.

No modelo de educação foucaultiano, argumenta que é necessário problematizar e questionar as práticas educativas que visam a normalização e a disciplina dos indivíduos, em vez de fomentar uma educação que valorize a liberdade de pensamento e a construção de identidades autônomas. Uma perspectiva crítica de educação busca capacitar os indivíduos a se tornarem sujeitos ativos em seu processo de aprendizagem, promovendo uma diversidade de saberes e perspectivas que possam contribuir para uma sociedade mais justa, igualitária e democrática.

Porém, é importante ressaltar que Hobbes também defendia a censura de conteúdos que pudessem ameaçar a ordem social ou política, o que pode gerar questionamentos quanto à liberdade de expressão e pensamento. Em todo caso, sua visão sobre a educação cívica e cultural reflete a necessidade de uma educação integral que prepare os indivíduos para serem cidadãos conscientes e responsáveis, capazes de contribuir para o bem-estar coletivo e a preservação da ordem. Desse modo, seguindo a ideia de Foucault sobre educação, provavelmente essa visão de Hobbes sobre a educação como uma estratégia para manter a ordem e a estabilidade social, através do controle da educação cívica e cultural. Ele argumentaria que a educação, conforme proposta por Hobbes, pode ser vista como uma forma de exercício do poder, em que o Estado busca moldar os indivíduos para que se conformem às normas e valores dominantes, reforçando assim as estruturas de poder existentes.

A defesa de Hobbes pela censura de conteúdos que possam ameaçar a ordem social ou política levantaria preocupações quanto à liberdade de expressão e pensamento. Foucault, que se interessou pela relação entre poder e conhecimento, consideraria essa censura como uma forma de controle das ideias e informações que circulam na sociedade, restringindo a diversidade de perspectivas e impedindo a formação de um pensamento crítico e autônomo.

Para Foucault, a educação não deveria ser utilizada como um mecanismo para a manutenção da ordem e do status quo. Em vez disso, ele defenderia uma educação que valorize a diversidade de saberes, promova o pensamento crítico e empodere os indivíduos para questionar as estruturas de poder e atuar como agentes de mudança social. Uma abordagem mais emancipatória da educação se concentraria em capacitar os alunos a desenvolverem sua autonomia e liberdade de pensamento, permitindo que eles construam suas próprias perspectivas e contribuam de forma ativa para o bem-



estar coletivo, ao invés de serem apenas conformados a uma determinada ideologia ou visão de mundo.

Em suma, Foucault provavelmente criticaria a visão de Hobbes sobre a educação como uma forma de controle e normalização dos indivíduos, defendendo uma abordagem educacional mais aberta, plural e libertadora, que promova a diversidade de saberes, a liberdade de pensamento e a capacidade dos indivíduos de questionar e desafiar as estruturas de poder. Além disso, é importante ressaltar que a visão de Hobbes sobre a educação e os deveres do soberano era fortemente influenciada pela sua visão pessimista da natureza humana. Para ele, os indivíduos são naturalmente egoístas e propensos a buscar seus próprios interesses, o que pode levar a conflitos e à destruição da sociedade. Assim, a educação era vista como um meio de civilizar e controlar os instintos naturais dos indivíduos, tornando-os mais dispostos a respeitar as leis e a autoridade do Estado.

A crítica de Foucault a essa abordagem educacional estaria centrada no conceito de "biopolítica". Ele argumentaria que a educação como meio de controlar os instintos naturais e civilizar os indivíduos se enquadra em uma estratégia de governo que busca regular a vida dos indivíduos em uma escala biopolítica. Ou seja, o poder estatal não se limita apenas ao controle dos corpos individuais, mas também se estende ao controle das populações e da vida social como um todo. Essa biopolítica educacional normaliza os sujeitos, tornando-os dóceis e submissos, de acordo com as normas e valores estabelecidos pelas estruturas de poder dominantes. Foucault criticaria essa forma de controle, argumentando que ela pode levar à perda da liberdade e autonomia dos indivíduos, reduzindo-os a meros objetos de disciplina e governança.

Em vez disso, Foucault defenderia uma educação que promovesse a liberdade de pensamento e a autonomia dos indivíduos, permitindo-lhes desenvolverem suas próprias perspectivas e questionarem as normas e valores impostos. Uma abordagem educacional mais crítica e emancipatória deveria visar capacitar os indivíduos a resistirem ao controle opressivo e a serem agentes ativos em sua própria formação e construção de identidade.

Diante do exposto, podemos concluir que a filosofia de Michel Foucault traz importantes reflexões acerca da educação e do papel do Estado como agente formador. Para ele, a educação não deve ser vista como um processo neutro e objetivo de transmissão de conhecimentos, mas sim como uma prática política permeada por relações de poder.

Referências



FOUCAULT, Michel. *A ética do cuidado de si como prática da liberdade*. In: Ditos & Escritos V – Ética, Sexualidade, Política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

_____. *Polêmica, política e problematização*. In: Ditos & Escritos V – Ética, Sexualidade, Política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

_____. *História da Sexualidade 1: A vontade de saber*. Trad. Maria Thereza de Albuquerque e J. A. Guilhon de Albuquerque; Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. *História da Sexualidade 2: O uso dos prazeres*. Trad. Maria Thereza da Costa de Albuquerque; 5ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

_____. *História da Sexualidade 3: O cuidado de si*. Trad. Maria Thereza de Albuquerque; Rio de Janeiro: Graal, 1985.

_____. *História da Sexualidade 3: O cuidado de si*. Trad. Maria Thereza de Albuquerque; 5ª ed.; Rio de Janeiro Paz e Terra, 2018.

_____. *Microfísica do Poder*. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

_____. Michel. *O governo de si e dos outros*. Trad. Eduardo Brandão; São Paulo: Martins Fontes, 2013.

_____. *O Sujeito e o Poder*. In: RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert. Michel Foucault, uma trajetória filosófica: Para além do estruturalismo e da hermenêutica. Trad. Vera Porto Carrero; Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. *Segurança, Território, População: Curso no Collège de France*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Trad. Raquel Ramalhete. Petrópolis; Vozes, 2014.

_____. *A escrita de si*. In: O que é um autor? Lisboa: Passagens, p. 129- 160, 1992.

_____. *Verdade, Poder e Si Mesmo*. In: Ditos & Escritos, vol V – Ética, Sexualidade, Política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004, p. 294-300

_____. *O sujeito e o poder*. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. Michel Foucault. Uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 231-249.

_____. *Poder-Corpo*. In: *Microfísica do Poder*. Trad. e Org. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1982a, p. 145-152.

GADELHA, Sílvio; PULINO, Lúcia. (Org.). *Biopolítica, escola e resistência: infâncias para a formação de professores*. Campinas: Alínea, 2012. v.1.

GALLO, Sílvio. *Cuidar de si e cuidar do outro: implicações éticas para a educação dos últimos escritos de Foucault*. In: GONDRA, J.; KOHAN, W. (Org.). *Foucault: 80 anos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 177-189.



_____. *Repensar a educação: Foucault. Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 29, n. 1, p. 1-19, jun./jul. 2004.

GUTIÉRREZ, Jorge Luis Rodrigues; SALERNO, Soraia Chafic El Kfourri (orgs.). *Educar para Vida Inteira: lanternas filosóficas e pedagógicas*. Campinas: Alínea, 2011.

HORN, Maria da Graça Souza. *Sabores, cores, sons e aromas: a organização dos espaços na educação infantil*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

OLIVEIRA, Paula; KOHAN, Walter. *Biopolítica, escola e resistência: infâncias para a formação de professores*. Campinas: Alínea, 2012. v. 2.

PORTOCARRERO, Vera. *Instituição escolar e normalização em Foucault e Canguilhem*. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 29, n. 1, p. 1-17, jun./jul. 2004.

VEIGA-NETO, Alfredo. *Foucault & A Educação*. ed. 3. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

Recebido: 18-08-2023

Aceito: 12-02-2024